

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

setembro. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços de bens duráveis seguem atenuando este movimento, em razão principalmente do impacto desinflacionário dos cortes de impostos implementados em preços de automóveis e outros bens. Neste contexto de atividade mais fraca e inflação dentro dos intervalos das bandas da meta, o Banco Central encerrou o ciclo de afrouxamento monetário de -500 pb, mantendo a taxa básica de juros (Selic) em 7,25% a.a., o menor patamar da série histórica. Em linha com esta redução, as taxas de juros cobradas pelos bancos também continuaram a cair. Até novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física era de 34,8% a.a., o menor patamar desde o início da série. O estoque de crédito avançou 16,1% em doze meses, ultrapassando o patamar de R\$2,3 trilhões (52,6% do PIB), também um recorde histórico. O crédito imobiliário, que cresce a um ritmo de 38,1% em doze meses, continua superando a expansão das demais modalidades. O ambiente global mais frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que reduziram 4,7% no acumulado janeiro-novembro de 2012, em comparação com o mesmo período de 2011. As importações também tiveram uma leve contração, de 1,1% no mesmo período, refletindo moeda e demanda mais fracas. Como resultado, o superávit comercial acumulado até setembro alcançou US\$17,2 bilhões, abaixo dos US\$26 bilhões registrados no mesmo período do ano passado. Ainda assim, o déficit em transações correntes permanece relativamente estável, em torno dos US\$50 bilhões no período de 12 meses encerrado em novembro, com a contração nas remessas de lucros e dividendos para o exterior compensando o menor resultado comercial. Do lado do financiamento, o fluxo de investimento estrangeiro direto (US\$66,5 bilhões) continua a exceder com folga o déficit em transações correntes. Ao final do quarto trimestre, a taxa de câmbio foi cotada ao redor de R\$2,05/US\$. Nas contas públicas, as várias reduções de impostos anunciadas pelo governo para estimular a economia, combinadas ao menor ritmo de atividade econômica, levaram a uma arrecadação de impostos mais fraca e consequentemente a um menor superávit primário, que alcançou 2,3% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro. Contudo, a queda nas taxas de juros mantiveram as necessidades de financiamento do setor público relativamente estáveis em 2,7% do PIB neste período. A dívida líquida do setor público alcançou 35,2% do PIB ao final de novembro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2012		31/12/2011	
Ativo Circulante		786.780	1.240.450		
Disponível	5 & 22.c	3.335	3.399		
Caixa e Bancos		3.335	3.399		
Aplicações	6.a	765.127	1.233.129		
Títulos de Renda Fixa		102.755	519.111		
Cotas de Fundos de Investimentos		662.372	714.018		
Títulos e Créditos a Receber		18.318	3.922		
Títulos e Créditos a Receber		75	72		
Créditos Tributários e Previdenciários	7	18.243	3.210		
Outros Créditos		-	640		
Ativo não Circulante		1.407.876	912.585		
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.273.020	912.585		
Aplicações		1.191.768	720.031		
Títulos de Renda Fixa	6.a	1.191.768	720.031		
Outras Aplicações	6.d	8.002	10.817		
(-) Provisão para Desvalorização	6.d	(8.002)	(10.817)		
Títulos e Créditos a Receber		81.252	57.647		
Créditos Tributários e Previdenciários	7	-	11.699		
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	81.252	46.253		
(-) Provisão para Riscos de Crédito		-	(305)		
Investimentos		1.735	1.786		
Imóveis Destinados à Renda		1.722	1.773		
Imóveis Destinados à Renda		2.447	2.447		
(-) Depreciação		(725)	(674)		
Outros Investimentos		13	13		
Outros Investimentos		1.085	1.085		
(-) Provisão para Desvalorização		(1.072)	(1.072)		
Imobilizado		3	3		
Bens Móveis		3	3		
(-) Depreciação		(3)	(3)		
Intangível	9	133.121	133.121		
Ágios de Incorporação		133.121	133.121		
Total do Ativo		2.194.656	2.153.035		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	31/12/2012		31/12/2011	
Passivo Circulante		1.793.171	1.804.035		
Contas a Pagar		114.957	62.662		
Obrigações a Pagar		88.979	25.402		
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		513	404		
Impostos e Contribuições	10	24.298	34.911		
Outras Contas a Pagar		1.167	1.945		
Débitos de Operações com Capitalização	12	14.792	14.280		
Débitos Operacionais		-	125		
Outros Débitos Operacionais		14.792	14.155		
Depósitos de Terceiros	13	38.278	4.426		
Provisões Técnicas - Capitalização	14	1.625.144	1.722.667		
Provisão para Resgates		1.585.500	1.675.102		
Provisão para Sorteio		22.909	33.599		
Outras Provisões		16.735	13.966		
Passivo não Circulante		129.481	97.625		
Contas a Pagar	22.d	28.541	10.854		
Tributos Diferidos		28.541	10.854		
Outros Débitos		100.940	86.771		
Provisões Judiciais	11.b	100.940	86.771		
Patrimônio Líquido	15	272.004	251.375		
Capital Social		123.900	123.900		
Reservas de Lucros		113.575	120.859		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		34.529	6.616		
Total do Passivo		2.194.656	2.153.035		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	
		Capital Social	Reserva Legal		Reserva para Equalização de Dividendos	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		279.463	17.030	238.290	(6.884)	527.899
Aumento de Capital com base na Reserva para Equalização de Dividendos	15.b	44.437	-	(44.437)	-	-
Redução de Capital	15.b	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	13.500	13.500
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	(193.000)	-	(193.000)
Lucro Líquido		-	-	-	135.050	135.050
Destinações:						
Reserva Legal	15.c	-	6.752	-	(6.752)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	(32.074)	(32.074)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	-	96.224	(96.224)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		123.900	23.782	97.077	6.616	251.375
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		123.900	23.782	97.077	6.616	251.375
Aumento de Capital com base na Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	-	27.913	27.913
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(95.200)
Dividendos pagos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	(95.200)	-	(95.200)
Lucro Líquido		-	-	-	116.889	116.889
Destinações:						
Reserva Legal	15.c	-	997	-	(997)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	(28.973)	(28.973)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.d	-	-	86.919	(86.919)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		123.900	24.779	88.796	34.529	272.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), controlada pela Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap), domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, é uma Instituição integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela diretoria executiva na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2013.

2. Reestruturações Societárias
Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (atual denominação da Santander Seguros S.A.) com versão da parcela cindida de seu patrimônio para constituição de uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. no capital social da Santander Capitalização. A operação de Cisão Parcial foi homologada pela SUSEP em 9 de agosto de 2011.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. As informações comparativas de 2011 foram modificadas em 2012, quando aplicável, para adaptar a apresentação das demonstrações financeiras segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 430/2012.

a) Estimativas Contábeis
Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos em detalhes na nota 4-e;
- Provisão para riscos de créditos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos em detalhes na nota 4-f;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis, ágio e outros ativos intangíveis) são discutidos em detalhes na nota 4-i e j;
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes na nota 4-i e j;
- Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são discutidos em detalhes na nota 4-k;
- Provisões Técnicas Capitalização são discutidos em detalhes na nota 4-l e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 4-n.

As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela diretoria executiva na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2013.

4. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações

b) Apuração do Resultado
As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos produzidos são demonstrados como reduções dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para reduções dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de ativos e passivos financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros
I. Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo. "Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma

variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

II. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Outros valores e bens" ou se forem referentes à "Caixa e equivalentes de caixas" e "Participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas. Os Passivos Financeiros da Santander Capitalização são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

Passivo Financeiro ao custo amortizado: Passivos Financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre o capital próprio e provisões matemáticas para resgate - títulos de capitalização.

III. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo
Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equitativo, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "Empréstimos e recebíveis" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

IV. Técnicas de Avaliação
A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um lucro líquido no valor de R\$117 milhões (31 de dezembro de 2011 - R\$135 milhões), patrimônio líquido de R\$272 milhões (31 de dezembro de 2011 - R\$251 milhões) e reservas técnicas de capitalização de R\$1.625 milhões (31 de dezembro de 2011 - R\$1.723 milhões).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Capitalização. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas
A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança e apoio na administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização. São Paulo, fevereiro de 2013

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de "impairment" (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada período apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "Perdas com outros ativos (líquidos) - Outros ativos intangíveis" na demonstração consolidada do resultado. Uma perda do valor recuperável do ágio não é revertida em períodos subsequentes.

k) Provisões ativas e passivos contingentes e Obrigações Legais

k.1) Provisões ativas e passivos contingentes

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas de correntes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.

k) Provisões ativas e passivos contingentes e Obrigações Legais

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l) Provisões Técnicas

Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão administrativa tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais obrigações junto aos clientes.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 22.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da Santander Capitalização.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizado, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

o) Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Capitalização como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

6. Aplicações

a) Composição por Classificação

	31/12/2012		% do Total	31/12/2011		% do Total
	Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado		Valor de Custo Atualizado	Valor de Mercado	
Títulos para Negociação	662.372	662.372	33,8%	714.018	714.018	36,6%
Títulos Privados	662.372	662.372	33,8%	714.018	714.018	36,6%
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivos	662.372	662.372	33,8%	714.018	714.018	36,6%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	662.371	662.371	33,8%	714.044	714.044	36,6%
Outros ⁽¹⁾	1	1	0,0%	(26)	(26)	0,0%
Títulos Disponíveis para Venda	1.251.773	1.294.523	66,2%	1.216.532	1.239.142	63,4%
Títulos Públicos	1.251.773	1.294.523	66,2%	1.216.532	1.239.142	63,4%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	333.755	333.756	17,1%	79.846	79.571	4,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	918.018	960.767	49,1%	1.136.686	1.159.571	59,4%
Total	1.914.145	1.956.895	100,0%	1.930.550	1.953.160	100,0%
Circulante	765.127	765.127		1.233.129	1.233.129	
Não Circulante	1.191.768	1.191.768		720.031	720.031	

⁽¹⁾ Refere-se a valores a receber (pagar) dos Fundos de Investimentos Exclusivos.

A taxa média dos juros das aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2012 era 9,6% a.a. (em 31 de dezembro de 2011 era de 11% a.a.).

b) Composição por Prazo de Vencimento

	31 de dezembro de 2012			
	Até 3 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	-	662.373	-	662.373
Títulos Privados	-	662.373	-	662.373
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	-	662.373	-	662.373
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	662.372	-	662.372
Outros ⁽¹⁾	-	1	-	1
Títulos Disponíveis para Venda	102.755	547.019	644.749	1.294.523
Títulos Públicos	102.755	547.019	644.749	1.294.523
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	102.755	369.313	488.700	960.768
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	177.706	156.049	333.755
Total	102.755	1.209.391	644.749	1.956.895

⁽¹⁾ Refere-se a valores a receber (pagar) dos Fundos de investimentos Exclusivo.

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no Início do Exercício	1.953.160	2.039.961		
Aplicações	1.537.395	1.039.098		
Vendas/Resgates	(1.755.392)	(1.379.438)		
Atualizações Monetárias	221.732	253.539		
Saldo no Final do Exercício	1.956.895	1.953.160		

Estes valores excedem o limite das provisões técnicas no montante de R\$331.751 (31 de dezembro de 2011 - R\$230.493).

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Santander Capitalização não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Créditos Tributários e Previdenciários

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Créditos Tributários (Nota 22.a)	16.305	14.775
PIS e Cofins a Compensar	1.938	124
Total	18.243	14.909
Circulante	18.243	3.210
Não Circulante	-	11.699

8. Depósitos Judiciais e Fiscais

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fiscais	81.035	45.948
Outros	217	305
Total - Não Circulante	81.252	46.253

9. Intangível

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização no valor líquido de R\$133.121 (31 de dezembro de 2011 - R\$133.121), com vida útil - indefinida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa o qual está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade.

A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda no valor recuperável do ágio em 2012 e 2011.

Principais Premissas

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Base de Avaliação	Fluxos de Caixa	Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)	10 Anos	10 Anos
Taxa de Desconto	3,5%	5,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	13,2%	17,2%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

10. Impostos e Contribuições

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de Renda	18.216	26.087
Contribuição Social	5.102	8.328
PIS e Cofins	980	496
Total - Circulante	24.298	34.911

11. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para processos judiciais e administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais ⁽¹⁾	100.940	86.722

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhista e Cíveis

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ações Cíveis	-	49
Ações Trabalhistas	-	41
Total - Não Circulante	100.940	86.771

⁽¹⁾ Inclui, substancialmente, obrigações legais.

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	2012			2011		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Saldo Inicial	86.722	41	8	69.779	26	8
Constituição Líquida de Reversão	14.218	(36)	(8)	16.943	322	-
Baixas por pagamento	-	(5)	-	-	(307)	-
Saldo Final	100.940	-	-	86.722	41	8
Depósitos em Garantia	-	-	-	-	-	-
- Outros Créditos ⁽¹⁾	25.732	-	-	26.945	-	-

⁽¹⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias são:

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$30.911 (31 de dezembro de 2011 - R\$29.406): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$69.752 (31 de dezembro de 2011 - R\$57.237): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de seguros privados e de capitalização estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais relacionadas à cobrança de indenizações securitárias, por danos morais, lucros cessantes e danos emergentes.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

12. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais.

13. Depósitos de Terceiros

Registram os recursos relativos a títulos de capitalização vencidos e não resgatados, os quais se encontram dentro do prazo limite de prescrição.

14. Movimentação das Provisões Técnicas

	31 de dezembro de 2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Saldo Inicial	1.722.667	1.531.277		
Constituição	772.137	733.470		
Resgates	(963.376)	(642.888)		
Atualizações Financeiras (Nota 20)	93.716	100.808		
Saldo Final - Circulante	1.625.144	1.722.667		

15. Patrimônio Liquidado

a) Capital Social

O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto por, respectivamente, 64.615 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domicílio no país.

b) Aumento/Redução de Capital

Em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$44.437, elevando-o de R\$279.463 para R\$323.900 sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de equalização de dividendos. Aprovado em 8 de junho de 2011 pela SUSEP.

Em 1 de setembro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária: (a) a redução do Capital Social da Santander Capitalização em R\$200.000, sem redução da quantidade de ações. A redução do capital é justificada, por julgá-lo excessivo, mediante restituição ao Acionistas das importâncias correspondentes, na proporção das respectivas participações, sem alteração no número de ações; (b) a alteração no Estatuto Social, para registrar o novo valor do capital social da Santander Capitalização - R\$123.900; (c) e autorizar a Diretoria Executiva, a tomar todas as providências necessárias para efetivação da presente redução de capital social.

A redução do capital social foi aprovada pela SUSEP em 27 de dezembro de 2011.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	116.889	135.050
Constituição da Reserva Legal	(997)	(6.752)
Base de Cálculo	115.892	128.298
Dividendos Mínimos Obrigatórios	28.973	32.074
Dividendos	(28.973)	(32.074)

Em dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2012, no valor de R\$20.000 (R\$0,3095 em reais por ação ordinária), que serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2012 e dividendos com base na conta de reserva para equalização de dividendos no valor de R\$60.000 (R\$0,9286 em reais por ação ordinária).

Em 2012, foi apurado dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$8.973 (R\$0,1389 em reais por ação).

Em março de 2012, foi aprovado o destaque e pagamento de dividendos no montante de R\$35.200, (R\$0,5448 em reais por ação ordinária) com base na reserva para equalização de dividendos.

Em dezembro de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2011, no valor de R\$7.000 (R\$0,1083 em reais por ação ordin

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Santander Capitalização visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

• NIM (Net Interest Margim): Avalia o impacto na margem financeira da companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.

• MVE (Market Value of Equity): Avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Santander Capitalização tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Santander Capitalização para cada um dos cenários abaixo da carteira do dia 31 de dezembro de 2012:

Carteira Banking

Fatores de Risco

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Pré - Fixada em Reais	(2.637)	(50.903)	(97.748)
Taxa Referencial - TR	(1.636)	(32.375)	(66.159)
Total ^{(1) (2)}	(4.273)	(83.278)	(163.906)

⁽¹⁾ Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

⁽²⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma circular SUSEP 430, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

Cenário 1: Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: Uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: Uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

25. Outras Informações

Em atendimento à Resolução 118/2004 do CNSP e conforme deliberação da AGE realizada em 7 de julho de 2008, foi adotada a prerrogativa prevista no artigo 14 da referida Resolução, com a adesão ao comitê de auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander no Valor Econômico e no Doesp - Diário Oficial do Estado de São Paulo em 01 de fevereiro de 2013.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia

Patricia Martins de Freitas de Oliveira

Angel Oscar Agallano

Nilo Sérgio Silveira Carvalho

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira
CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

Atuário Responsável Técnico

Ricardo da Silva Santana - AIBA 2397

Diretor Responsável Técnico

Patricia Martins de Freitas

PARECER ATUARIAL

Aos Administradores e Acionistas da
Santander Capitalização S.A.

São Paulo - SP

De acordo com a Circular SUSEP nº 272/2004 foi realizada a Avaliação Atuarial da carteira de títulos de capitalização da Santander Capitalização S.A. do ano de 2012.

O trabalho abrangeu a revisão das provisões técnicas constituídas pela Sociedade para a carteira de títulos de capitalização vigentes no período, conforme as respectivas condições contratuais.

A análise foi realizada por plano e consistiu em verificar, através de testes de consistências, se os montantes das provisões técnicas constituídas estão de acordo com o estabelecido pelas normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Notas Técnicas Atuariais aprovadas por este órgão,

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013.

de forma a refletir os compromissos técnicos com subscritores e titulares bem como atender ao equilíbrio atuarial da carteira.

Concluímos, em nossa opinião, que em 31 de dezembro de 2012 todos os aspectos relevantes no que diz respeito às práticas atuariais aplicáveis foram considerados e os valores contabilizados das provisões técnicas refletem adequadamente os compromissos assumidos.

Ricardo da Silva Santana

Atuário Responsável Técnico - MTPS 2.397

Patricia Martins de Freitas

Diretora Responsável Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Santander Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP